Página PT 13

ENCARTE ABRIL 2009

UM JORNAL A SERVIÇO DO PT DEMOCRÁTICO, SOCIALISTA E REVOLUCIONÁRIO

2010 e os próximos anos

Este documento foi aprovado pela direção nacional da Articulação de Esquerda, como texto-base para as conferências municipais, regionais, estaduais que elegerão delegados à XI Conferência Nacional da AE (29, 30 e 31 de maio de 2009).

1 A eleição presidencial de 2010 terá repercussões estratégicas na América Latina, no Brasil e no PT.

2 Na América Latina, o fato do Brasil ser governado por forças progressistas e de esquerda tem contribuído, direta e indiretamente, para um deslocamento pela esquerda da correlação de forças em vários países.

3 No Brasil, país marcado historicamente pela desigualdade, pelo conservadorismo político e pela dependência externa, a eleição de Lula em 2002 abriu a possibilidade de fazer do governo federal um instrumento na luta por mudanças neste modelo.

4 A chegada ao governo federal permitiu que a esquerda brasileira submetesse ao teste da prática as diferentes estratégias que, dentro e fora do Partido dos Trabalhadores, se propõem a colocar a luta eleitoral-institucional a serviço de uma estratégia socialista.

5 Uma vitória da candidatura do PT em 2010 permitirá dar continuidade e aprofundar estes processos, agora em uma conjuntura internacional totalmente distinta, que exige ações mais ousadas e avançadas.

6 Já uma derrota da candidatura do PT em 2010 significaria um retrocesso em larga escala, no Brasil e no continente.

7 Para além dos efeitos danosos sobre a vida do povo, uma derrota em 2010 teria efeitos desastrosos para o conjunto da esquerda brasileira.

8 A direita brasileira, revanchista e rancorosa, dá sinais explícitos do que faria em caso de vitória: uma perseguição contra toda a esquerda política e social.

9 Por outro lado, teríamos uma exacerbação dos conflitos no interior da esquerda, como é típico em momentos similares.

10 Por tudo isto que dissemos antes, a principal tarefa do PT é construir as condições para nossa vitória nas eleições gerais de 2010, mantendo a presidência da República, ampliando nossa presença nos governos estaduais, Senado e Câmara dos Deputados, criando as condições institucionais, políticas e ideológicas para mudanças mais profundas em nosso país.

11 Setores minoritários da esquerda política e social brasileira fazem oposição ao governo Lula e não estão de acordo com esta tarefa. A estes setores devemos demonstrar, pacientemente, o que está em jogo nas eleições de 2010 e os efeitos trágicos que adviriam de uma derrota.

12 Outros setores da esquerda brasileira, embora defendam o governo e a necessidade de vencer as eleições de 2010, concebem as eleições do próximo ano como um momento de auto-construção, mesmo que em detrimento da unidade do campo democrático-popular na disputa presidencial. A estes setores devemos convencer da necessidade de marcharmos juntos, fazendo da candidatura petista à presidência da República, desde o primeiro turno, a candidatura do conjunto do campo democrático-popular.

13 Finalmente, há na esquerda brasileira os que encaram 2010 como um momento estritamente eleitoral. É necessário demonstrar, para estes setores, que vencer em 2010 é muito mais do que vencer uma eleição: trata-se de uma tarefa que começa agora, no enfrentamento da crise; passa por recompor, na luta e no acordo programático, o campo democrático-popular; e inclui construir uma estratégia para o que virá após 2010.

14 Dois campos políticos e sociais vão se enfrentar nas eleições presidenciais de 2010: de um lado, as forças de esquerda e progressistas, encabeçadas pelo PT; de outro lado, as forças neoliberais e de direita, capitaneadas pelo PSDB.

15 Petistas e tucanos constituem, hoje, no âmbito dos partidos, a face mais visível dos dois blocos históricos que disputaram os rumos do Brasil ao longo de todo o século XX: o bloco conservador, dependente e monopolista; e o bloco nacional, democrático e popular.

16 Desde agora e até o final do segundo turno de 2010, todas as forças políticas e sociais do país se agruparão em torno de um destes blocos. Como ocorreu em 2006, não haverá espaço para o abstencionismo nem para a neutralidade.

17 O confronto de 2010 repetirá, com algumas diferenças importantes, o que vem ocorrendo desde 1989, passando por 1994, 1998, 2002 e 2006.

18 Uma das diferenças em relação à disputas passadas, é que poderemos mostrar, a nosso favor, o que foi feito ao longo de oito anos de governo.

19 A defesa da continuidade de programas exitosos, o compromisso com o aprofundamento das mudanças e com a superação das deficiências constituem pontos fundamentais da disputa eleitoral. Devemos deixar claro que não queremos o continuísmo, mas sim tomar o que foi feito como alavanca para avançar, especialmente em direção à mudanças estruturais. Devemos, também, identificar claramente os problemas que devem ser enfrentados, como a ameaça de desemprego, a autonomia de fato do Banco Central e seus juros altos, a necessidade de ampliar os investimentos sociais, a reforma política e a democratização da comunicação de massas.

20 Outra das diferenças em relação à disputas passadas decorre da desmoralização do neoliberalismo.

21 Muito provavelmente, o candidato do PSDB e do DEM esquecerá o que disse e o que fez, apresentando-se desde já como "desenvolvimentista" e "keynesiano". Por isto, precisamos lembrar o que estes partidos fizeram com nosso país, até 2002; recordar a herança maldita; comparar os efeitos da crise sobre o Brasil, no governo deles e no nosso; denunciar as medidas anti-populares que o PSDB e o DEM propõem, aqui e agora; mostrando, enfim, o desastre social que resultaria de um retorno destes partidos ao governo.

22 Não se trata de comparar realizações administrativas e capacidade de governo, mas sim de mostrar que nossas realizações e nossa capacidade são superiores *porque* decorrem de uma visão ideológica e programática, democrático-popular e socialista. Motivo pelo qual devemos acentuar não apenas a superioridade do "desenvolvimentismo" frente ao neoliberalismo, mas também a natureza distinta do "desenvolvimentismo" que defendemos, frente ao desenvolvimentismo conservador que caracterizou o Brasil ao longo do século XX.

23 Hoje, quando muitos neoliberais convertem-se ao keynesianismo, nós reafirmamos a superioridade teórica do marxismo, enquanto análise crítica do capitalismo e como fundamentação teórica de uma alternativa socialista. E reafirmamos, também, nossa disposição de construir um caminho para a superação, não apenas do neoliberalismo e do desenvolvimentismo conservador, mas também do capitalismo.

24 Como em 2006, o debate ideológico terá muita importância na disputa que se trava desde agora, nas eleições e depois delas.

25 Evidentemente, o resultado das eleições de 2010 não está definido. Por um lado, temos a popularidade do governo federal e de Lula, bem como a força eleitoral do PT e do campo democrático-popular. De outro lado, temos uma burguesia e um bloco conservador que jogará todas as suas energias na tentativa de reconquistar a presidência da República, por saber que uma terceira vitória do PT, das forças de esquerda e progressistas, terá um impacto político e simbólico enorme, não apenas demonstrando que nosso campo é capaz de vencer com outro candidato que não Lula, mas também criando melhores condições para mudanças estruturais.

26 A vitória do campo democrático-popular nas eleições de 2010 começa a ser construída agora, no enfrentamento da crise, na definição da política de alianças e da linha de campanha, na escolha da candidatura presidencial, na recomposição do campo democrático-popular, na definição do programa do próximo mandato presidencial, na reformulação de nossa estratégia.

27 A crise capitalista está no centro da conjuntura mundial, agora, em 2010 e nos próximos anos.

28 Trata-se de uma crise profunda e de longa duração, que possui diversas dimensões: financeira, econômica, social, alimentar, energética, ambiental, política, ideológica. Embora seu impacto sobre cada país seja diferenciado, a crise atinge todo o planeta.

29 A crise desmascara e desmoraliza a ideologia neoliberal. O que antes era feito, mas não era assumido, agora é praticado descaradamente, mostrando uma vez mais que o modo de produção capitalista gera crises periódicas e possui fraturas estruturais, dependendo para sobreviver da ação do Estado. O que conduz à seguinte conclusão: a continuidade ou não deste modo de produção não é inevitável, nem uma imposição da natureza, mas sim uma opção política e social.

30 A crise evidencia e agrava, também, o declínio da hegemonia dos Estados Unidos. Embora continue sendo a maior economia do mundo, tenha o maior poderio militar e controle os principais meios de comunicação de massas, os EUA enfrentam crescentes dificuldades internas e externas.

31 O desenlace da crise internacional será produto de dois movimentos combinados: a luta entre as classes sociais no interior de cada país e o conflito entre os diferentes Estados e blocos de países. Das diferentes combinações destes dois movimentos poderão resultar, simultaneamente, experimentos conservadores, progressistas e socialistas, cujo peso relativo definirá o desenho do mundo pós-crise.

32 Algo similar ocorreu a partir dos anos 1930, com o *New Deal*, o nazismo e a coletivização na URSS, com as alianças e conflitos militares cruzados entre as grandes potências e os países da periferia, concluindo no pós-Segunda Guerra com a divisão do mundo em dois grandes "campos" e diversos "modelos" (socialismo de tipo soviético, welfare state, diferentes tipos de desenvolvimentismo etc.).

33 Hoje, os Estados e classes sociais que se beneficiaram da ordem neoliberal buscam definir, eles mesmos, qual será a nova ordem mundial. Este é o sentido da frase proferida por Barak Obama, em seu discurso de posse: "Os Estados Unidos estão prontos para voltar a liderar".

34 Por outro lado, os Estados e as classes dominantes dos países da periferia capitalista buscam conquistar mais espaço no futuro mundo pós-neoliberal, tentativa que se expressa de diferentes formas, entre as quais o G20; a defesa de uma reforma da ONU e outras instituições internacionais; bem como variados acordos bilaterais e multilaterais entre os países "em desenvolvimento".

35 A disputa entre estas duas linhas (a "conservadora" e a "progressista") ainda está no seu início, mas deve se tornar muito mais aguda. Um dos sinais disto é o protecionismo, decorrente da progressiva nacionalização do crédito e das finanças, dos déficits nas balanças comerciais e das crises cambiais, bem como do crescente desemprego e da busca por proteger as respectivas economias nacionais da crise.

36 A profundidade da crise, por um lado, e o agravamento das contradições políticas, por outro lado, está empurrando determinados países e regiões para situações de crise ainda mais agudas, que podem evoluir no sentido de uma ruptura com o capitalismo e de novas tentativas de construção do socialismo.

37 Quanto mais massiva, intensa e radical for a reação das classes trabalhadores, mais avançado será o desenho do mundo pós-crise. Um desfecho socialista, por exemplo, depende da mobilização das classes trabalhadoras, não apenas para resistir, mas para conquistar o poder de Estado e a partir dele enfrentar não apenas os efeitos da crise, mas também suas causas; não apenas o neoliberalismo, mas também o capitalismo. Por óbvio, não cabe confundir a necessária reação massiva das classes trabalhadoras, com os delírios esquerdistas que enxergam em cada mobilização social, uma ante-sala da revolução.

38 Cabe aos partidos de esquerda, aos movimentos sociais e aos governos vinculados aos trabalhadores estimular um amplo e qualificado debate sobre a crise e sobre as alternativas; mobilizando as classes trabalhadoras, em defesa da manutenção e ampliação de suas conquistas; e, onde somos governo, adotando medidas práticas no sentido de superar a crise, em favor das maiorias.

39 No debate sobre a crise, precisamos ir além das explicações parciais segundo as quais a crise internacional decorre da "ganância", da "falta de controles", das políticas neoliberais e do esgotamento das instituições de Bretton Woods.

40 Tudo isto é verdade, mas uma verdade parcial. Uma explicação adequada da crise deve começar reconhecendo que estamos diante de uma crise do capitalismo, mais profunda do que a iniciada em 1929, inclusive porque a crise atual ocorre num momento histórico de máxima expansão e hegemonia do modo de produção capitalista.

41 A crise atual será de longa duração, entre outros motivos porque não existe, nem surgirá no curto prazo, um poder político capaz de administrar a situação e construir soluções: pelo contrário, assistimos simultaneamente ao declínio da hegemonia dos Estados Unidos, a desmoralização do neoliberalismo e a paralisia das instituições de Bretton Woods.

42 Esta é uma crise clássica do capitalismo, uma crise de realização, decorrente no fundamental da contradição entre a capacidade cada vez maior da produção social, frente a capacidade efetiva de consumo da sociedade, contradição decorrente da tendência do próprio capitalismo de aumentar a exploração e reduzir o emprego da força de trabalho.

43 Trata-se de uma contradição estrutural, e não apenas de uma "diferença" entre a "oferta" e a "demanda", pelo seguinte: centenas de milhões de pessoas têm suas necessidades cotidianas reprimidas e não atendidas, porque não têm meios para adquirir mercadorias e, portanto, não têm como contribuir para a realização dos lucros e a acumulação. O mesmo sistema que amplia a produção de mercadorias, constrange a realização da mais-valia nelas contida.

44 O imperialismo, o consumismo doentio de algumas camadas da população, o neoliberalismo, a especulação financeira, as bolhas de crédito e até mesmo o endividamento público são mecanismos com os quais o capitalismo busca contornar sua contradição estrutural. Quando contornar se torna impossível, estouram crises como as que estamos vivendo hoje.

45 Por isto, não nos surpreendemos com a crise, que por sinal constitui uma constante na trajetória do capitalismo. Não comemoramos a crise, pois ela traz sofrimentos para dezenas de milhões de trabalhadores em todo o mundo. Mas tampouco nos acovardamos: a crise constitui uma extraordinária oportunidade, tanto para impor limites ao capitalismo, quanto para iniciar um novo ciclo de tentativas de construção do socialismo.

46 Como é óbvio, é nestes momentos de crise estrutural que se torna evidente que o capitalismo é uma criação social de alto custo humano e ambiental, sendo não apenas possível, mas necessário e urgente construir outro modo de produção, voltado não ao lucro, mas ao atendimento das necessidades humanas.

47 A crítica ao capitalismo, deve se materializar na defesa de um programa prático, que começa por: a) manter e ampliar os empregos e salários, impedindo assim que os capitalistas transfiram a conta da crise para os trabalhadores; b) adotar medidas que reduzam estruturalmente a força do capital e ampliem a força do trabalho, a exemplo da redução da jornada sem redução do salário; c) colocar mais e mais empresas monopolistas sob controle direto ou indireto do Estado; d) ampliar os controles públicos sobre as instituições de Estado, sobre o chamado mercado e sobre a atuação do capital estrangeiro.

48 Um dos subprodutos da crise é acelerar o processo de constituição de blocos: a crise e o declínio do poder hegemônico dos EUA empurram os países a constituir acordos econômicos e políticos regionais. Por outro lado, a crise também agudiza as contradições dentro de cada bloco, a exemplo do que vem ocorrendo com o Nafta (Tratado de livre-comércio na América do Norte) e com a União Européia. Assim como pode gerar alinhamentos em torno de potências regionais, como parece estar ocorrendo em torno da China, cuja reação à crise constitui (ao lado do que façam os Estados Unidos) uma das variáveis fundamentais da conjuntura internacional.

49 As contradições internas aos blocos regionais também se fazem sentir na América Latina, em particular no Mercosul. E só poderão ser enfrentadas através de uma ação decidida das maiores economias da região, a começar pelo Brasil.

50 No caso da América Latina e Caribe, especialmente na América do Sul, há uma peculiaridade distintiva: a existência de um bloco de governos de esquerda e progressistas, limitando a ação do imperialismo na região, permitindo até agora que cada processo nacional siga, no fundamental, o curso determinado pela correlação de forças interna, sem o desequilíbrio causado pela intervenção estrangeira.

51 A crise européia, após a Revolução Francesa de 1789, criou o ambiente e as condições para o processo de independência na América Latina. A crise dos anos 1930 abriu espaço para a industrialização de importantes países de nosso continente. Assim como a crise dos anos 1970 e 1980 abriu espaço para a ofensiva neoliberal. Dada a atual correlação de forças existente em nosso continente, a presente crise pode permitir um desfecho mais avançado, que trabalhamos para que seja democrático-popular e socialista.

52 A existência, no Brasil, de um governo integrado por forças progressistas e de esquerda, é peça fundamental da atual correlação de forças na América Latina. E a resistência continental à crise dependerá, igualmente, da nossa capacidade de combinar crescimento interno com integração econômica e social da região.

53 O governo Lula reagiu à crise com mais investimento público, mais investimento social, mais mercado interno, mais Estado, mais integração continental. O rumo geral destas medidas é correto, mas é preciso ir além, especialmente se queremos, sobre os escombros do neoliberalismo, construir outra ordem.

54 Para enfrentar a crise e construir outra ordem, é preciso enfrentar o debate sobre a natureza de classe do crescimento e do desenvolvimento.

55 A crise econômica nos países centrais do capitalismo reforça as possibilidades de que o Brasil vivencie um novo ciclo de desenvolvimento.

56 Tanto no século XIX quanto no século XX, momentos de crise nas metrópoles levaram as classes dominantes a alterar o padrão de acumulação vigente no Brasil.

57 A natureza estratégica deste novo ciclo está em disputa. A depender da força, da capacidade política e da estratégia da esquerda, este novo ciclo poderá ser não apenas "nacional-desenvolvimentista", mas um "desenvolvimentismo democrático-popular", que articule nossa ação na sociedade capitalista em que vivemos, com a sociedade socialista que queremos construir.

58 Portanto, não nos basta um governo "progressista", capaz de recuperar a soberania nacional, ampliar a democracia e fortalecer o Estado.

59 Lutamos para converter o governo progressista, de centro-esquerda, que temos hoje, num governo democrático-popular, capaz de combater a ditadura do capital financeiro e realizar reformas estruturais, colaborando para a abertura de um novo ciclo histórico, que deixe para trás as décadas perdidas, o neoliberalismo e o desenvolvimentismo conservador.

60 Claro que isto exigirá uma coalizão política e social com composição distinta e força superior aquela que sustenta hoje o governo Lula. Exigirá, também, que o PT atue de outra maneira, articulando ação de governo, mobilização social, organização partidária e luta político-ideológica em favor de um programa de reformas estruturais.

61 Trata-se de dar sentido prático para a reafirmação do socialismo como objetivo estratégico, feita pelo 3º Congresso do PT, construindo um programa de reformas e uma estratégia de poder que apontem para a superação prática das relações capitalistas realmente existentes em nosso país.

62 Esta estratégia e esta plataforma programática objetivam, em última análise, alterar o padrão/modelo de desenvolvimento vigente há décadas no país (orientado ao lucro, externamente dependente, pró-monopolista e latifundiário, antidemocrático), construindo no seu lugar um novo padrão de desenvolvimento, em que o crescimento econômico se articule com democracia e superação da dependência e da desigualdade.

63 Não se trata, portanto, de voltar ao desenvolvimentismo ou ao populismo dos anos 1950. É preciso recordar que o desenvolvimento capitalista em nosso continente, inclusive onde assumiu formas mais avançadas, sempre esteve acompanhado da ampliação da desigualdade, da dependência externa e da falta de democracia política.

64 Se nosso objetivo é superar o neoliberalismo, mas sem voltar aos limites do modelo de desenvolvimento anterior, teremos então que enfrentar vários desafios, expostos em detalhe na resolução da X Conferência Nacional da AE e que a seguir resumimos:

65 *O primeiro deles é lutar pela democratização profunda de nossas sociedades.* Isto significa muito mais do que eleições periódicas. O sistema político existente no Brasil, bem como na maioria dos países de nosso continente, segue produzindo enormes distorções, suscetível a todo tipo de manipulação por parte da burguesia e dos partidos conservadores. O controle social sobre a atividade política e estatal é extremamente reduzido. Para a maioria da população, sobra apenas eleger periodicamente seus "representantes". Os meios de comunicação, que geralmente estão em mãos de monopólios privados, interferem de maneira descarada em favor dos interesses capitalistas.

66 *O segundo desafio é ampliar o alcance e a qualidade das políticas sociais públicas, inclusive criando novos direitos sociais.* Antes da onda neoliberal, no Brasil e na maior parte do Continente, a cobertura do Estado em áreas como saúde e educação já era bastante reduzida. O neoliberalismo piorou ainda mais a situação, fazendo com que vários destes serviços fossem acessíveis apenas através do mercado. Agora estamos diante do desafio de garantir, além do direito pleno à saúde, educação e alimentação, outros direitos básicos, como o acesso à eletricidade, telecomunicações, saneamento básico, habitação, transporte público, à cultura e ao lazer como direitos universais.

67 *Nosso terceiro desafio consiste na realização de reformas estruturais, que alterem a matriz social e econômica de nossas sociedades.* A reforma agrária e a reforma urbana são objetivos essenciais. O latifúndio modernizou-se e segue funcional na lógica do capitalismo brasileiro, cada vez mais agressivo ao meio ambiente e às condições de vida dos trabalhadores rurais. Nas cidades, onde vivem 80% da população brasileira, a violência urbana explode, cresce o *apartheid* social e são negados os direitos básicos da maioria. A combinação das reformas agrária e urbana deve dar conta de começar a enfrentar estes problemas.

68 *O quarto desafio é a criação de um modelo econômico alternativo, que combine capacidade de crescimento, inovação, geração de emprego e renda, redistribuição de renda e riqueza.* Estes objetivos, no atual estágio da economia internacional e nos marcos da correlação de forças vigente, exige que se trabalhe em escala continental. O desenvolvimento da capacidade de produzir bens e serviços deve ter como objetivo central a satisfação das necessidades básicas de cada país, para elevar gradualmente seu nível de vida e, ao mesmo tempo, apoiar a capacidade de exportação, gerando assim os recursos necessários para a complementação das necessidades nacionais. Devemos fortalecer nosso mercado interno, garantindo a existência de soberania alimentar, de uma política industrial, de uma rede de pequenas e médias empresas, de uma política de ciência e tecnologia, bem como de proteção à cultura educação e comunicação nacionais.

69 *O quinto desafio é o de combinar a soberania nacional com a cooperação entre os distintos povos e países que abracem nosso projeto de integração continental.* Desafío ainda maior se recordarmos que cada um dos países latino-americanos e caribenhos possui histórias particulares e correlações de força específicas, às quais correspondem estratégias e programas também diferenciados. A integração entre as economias latino-americanas exige, para além de projetos de infra-estrutura e compatibilização legislativa, a integração de políticas econômicas e de um sistema de financiamento e crédito alternativo ao que hoje é dominante.

70 *Um sexto desafio é enfrentar a imensa desigualdade de gênero, a desigualdade racial, a homofobia e todas as formas de preconceito e discriminação.* É preciso trabalhar estrategicamente com a dimensão universal dos direitos humanos, com as políticas afirmativas e com a promoção de políticas públicas que afirmem valores democráticos, o respeito à diversidade e o combate contra as discriminações e exclusões, inclusive aquelas que afetam a pessoa com deficiência. Temos como objetivo acabar com as variadas formas de discriminação associadas ao capitalismo e ao neoliberalismo, como é o caso do preconceito étnico/racial, do sexismo e da heteronormatividade. O enfrentamento do machismo, do racismo e da homofobia fazem parte da construção de um novo modelo de desenvolvimento.

71 *Um sétimo desafio diz respeito à realidade da juventude.* A população jovem nunca foi tão grande na América Latina e no Brasil. Os anos neoliberais foram especialmente cruéis com os jovens, resultando no agravamento da dificuldade de acesso à educação, saúde, emprego, à cultura, ao lazer e ao esporte, entre outros. No Brasil, apenas 3 em cada 10 jovens têm acesso ao ensino médio. Este cenário agrava-se ainda mais com a ausência de perspectivas de trabalho, pois também os jovens são os mais atingidos pelo desemprego. A exclusão social associada à crescente e permanente difusão do individualismo, do consumismo, da futilidade e do autorita-

rismo, são combinações explosivas. Várias instituições têm divulgado pesquisas mostrando que as principais vítimas da violência no Brasil são crianças, adolescentes e jovens. Hoje 70% da população carcerária brasileira é constituída por jovens entre 18 e 28 anos, demonstrando que as punições previstas aos adultos não inibem os jovens. A violência só diminuirá com um ataque profundo às suas causas, com a construção rápida e massiva de políticas que assegurem condições mínimas de vida para a juventude e, simultaneamente, proporcionem o acesso a uma formação integral. Sem isso, não se formará uma geração capaz de dar continuidade aos avanços sociais e econômicos que o país necessita.

72 *Um oitavo desafio é deter o processo de destruição do meio-ambiente, a começar pelos recursos não-renováveis.* Também por isto, a base produtiva de bens e serviços de cada um dos países, assim como as fontes fundamentais de energias e matérias-primas, devem estar sob controle direto ou indireto dos Estados e nações, e não a serviço das empresas multinacionais.

73 Todos estes desafíos estão entrelaçados: não haverá democracia substantiva, sem desenvolvimento e soberania nacional; não haverá efetiva soberania, sem desenvolvimento e democracia; não haverá desenvolvimento pleno, sem soberania e democracia. Por isto, para nós do PT, a luta por democracia, a luta por soberania e a luta por desenvolvimento combinam-se com a luta pelo socialismo.

74 O programa de reformas democrático-populares sistematiza as medidas que podem alterar as estruturas da sociedade brasileira, num rumo anti-monopolista, anti-latifundiário e anti-imperialista. Este programa é o norte a partir do qual construiremos o programa de governo das eleições de 2010.

75 O programa de reformas democrático-popular é parte do programa socialista do PT. Embora não tenha como premissa a extinção das relações capitalistas de produção ou da propriedade privada dos grandes meios de produção, tem um sentido geral anticapitalista, pois sua implementação entra em choque com o tipo de capitalismo hegemônico no Brasil, num processo de "aproximações" ao objetivo final cujo ritmo será determinado pela dinâmica concreta da luta de classes e da correlação de forças no país, na América Latina e no mundo.

76 Os componentes fundamentais deste programa são: a reforma urbana, a reforma agrária, a reforma da educação, a consolidação do Sistema Único de Saúde, a democratização da comunicação social, a reforma política, a reforma do sistema financeiro e a reforma do Estado, todas vinculadas ao propósito de criar espaços públicos estratégicos não-mercantis.

77 No processo de preparação do PT e do campo democrático-popular para as eleições 2010, devemos colocar este temas estratégicos e programáticos em debate, ao mesmo tempo que enfrentamos os problemas táticos e estritamente eleitorais.

78 Ao debater o lugar das eleições 2010 em nossa estratégia, é importante lembrar como caracterizamos as eleições presidenciais de 2006.

79 Segundo as resoluções da X Conferência Nacional da AE, disputamos "as eleições presidenciais de 2006, com um duplo objetivo: derrotar a direita e criar as condições para realizar um segundo mandato superior ao primeiro. Para alguns setores do PT, isto significava um segundo mandato 'desenvolvimentista', pró-capital 'produtivo' e não pró-capital financeiro. Para nós, um segundo mandato superior ao primeiro significava lançar as bases de um ciclo longo de desenvolvimento democrático-popular para o Brasil, através de mudanças mais profundas na realidade brasileira. Tanto para nós, quanto para outros setores, um segundo mandato superior ao primeiro supunha que as classes trabalhadoras, seus partidos e movimentos, acumulassem mais força política".

80 Com base nisto, a X Conferência defendia que o segundo mandato correspondesse à orientação programática vitoriosa no segundo turno de 2006, expressa nas seguintes diretrizes:

a) soberania externa com ênfase na integração continental;

b) democratização com ênfase na reforma política e na comunicação social. A área de comunicação do governo, inclusive o Ministério da Comunicação, deveria estar totalmente comprometida com a democratização da comunicação social no Brasil;

c) construir uma política de defesa nacional, baseada em critérios de soberania, democracia, respeito aos interesses do povo e articulada com a política de integração continental. O servidor militar deveria ser integrado ao processo de desenvolvimento socioeconômico do país;

d) realizar a transição da política compensatória para as políticas sociais permanentes e destas para as grandes reformas estruturais, com destaque para as reformas agrária e urbana. Sendo fundamental que o PT e os partidos de esquerda tivessem forte incidência nos chamados ministérios sociais;

e) reforçar as políticas de governo que promovem a igualdade racial, de gênero e a livre orientação sexual. Avançar na agenda legislativa que contempla as demandas do movimento negro, feminista e GLBT. O governo deveria trabalhar para aprovar no Congresso Nacional a criminalização da homofobia, a união civil entre pessoas do mesmo sexo e a descriminalização do aborto;

f) uma política econômica que combine crescimento com forte distribuição de renda, o que exigiria enfrentar especialmente o grande capital financeiro privado. A área econômica no sentido amplo (Banco Central, Ministério da Fazenda, Planejamento, bancos públicos, ministérios vinculados à produção e infra-estrutura, ciência e tecnologia, fundos de pensão) precisaria estar totalmente afinada com a política de desenvolvimento econômico com distribuição de renda, inclusive as indicações do governo nos fundos de pensão e no Banco Central;

81 Entretanto, analisando o ano de 2007, as resoluções da X Conferência diziam ser preciso reconhecer que "não avançamos no sentido de reformas mais profundas. E embora os 'desenvolvimentistas' tenham ampliado seu espaço no governo, os 'neoliberais' seguem controlando o Banco Central, de onde favorecem o grande capital financeiro, além de influenciarem outras áreas do governo".

82 A X Conferência apontava ainda que, do ponto de vista político, sofremos derrotas importantes, como na reforma política e na CPMF, fortalecimento da centrodireita no governo, conflitos entre os partidos de esquerda, divisão na CUT, distanciamento de alguns movimentos sociais em relação ao governo.

83 Para a X Conferência, isto não queria dizer que o segundo mandato estivesse sendo igual ao primeiro. Mas queria dizer que, do ponto de vista estratégico, ou seja, do ponto de vista das reformas estruturais, o segundo mandato não estava sendo superior ao primeiro.

84 Um exemplo desta continuidade estratégica (ou estrutural) é o fato da redução da desigualdade acontecer através da diminuição da distância entre os que vivem de salários, ao mesmo tempo que a burguesia lucrava como nunca. Outro exemplo de continuidade estratégica é a hegemonia do setor financeiro sobre a economia nacional.

85 Nas resoluções da X Conferência, dizíamos textualmente que "se não houver uma alteração de curso muito significativa, podemos sofrer uma derrota eleitoral e política em 2010. Esta alteração de curso pode vir como reação a uma radicalização da oposição (como ocorreu em 2005); por uma mudança no quadro econômico internacional e nacional; pela mobilização das classes trabalhadoras; por iniciativa do próprio governo e do presidente da República; por pressão do PT e dos partidos de esquerda; ou ainda por uma combinação destas diferentes causas".

86 Hoje, estamos exatamente diante de uma "mudança no quadro econômico internacional", que reduz a possibilidade do governo manter uma política que, sem tocar nos imensos lucros da burguesia, proporcionava ganhos sociais para amplas camadas populares.

87 O novo quadro, de crise internacional, exige do governo e das forças políticas e sociais que o apóiam, a adoção de medidas mais ousadas, mais radicais. O governo é levado a reorganizar sua política e o Partido é chamado a reabrir o debate estratégico.

88 Nestes marcos, defendemos que o governo Lula adote imediatamente as seguintes medidas:

a) redução substancial nas metas de superávit primário, para liberar o conjunto dos recursos hoje destinados ao pagamento da dívida pública para os investimentos em infra-estrutura e sociais.

b) redução acelerada nas taxas de juros, combinada com a demissão do presidente do Banco Central e recomposição da diretoria;

c) alteração nas instituições de política econômica, democratizando a composição do Conselho Monetário Nacional, do Conselho de Política Monetária e do Banco Central, que devem conquistar autonomia frente aos interesses do grande capital financeiro privado.

d) controle de capitais. A oscilação no câmbio, o impacto da instabilidade econômica internacional e o risco de uma nova fuga de capitais, em direção à "qualidade" oferecida noutras praças financeiras, precisam ser evitadas por meio da instituição de mecanismos de controle da entrada e saída de capitais.

e) ampliação dos investimentos públicos na infra-estrutura. Os investimentos liberados pela redução do superávit primário e da taxa de juros precisam ser direcionados para investimentos produtivos de larga escala.

f) plano emergencial de obras públicas nas grandes cidades. As metrópoles brasileiras concentram pobreza, problemas urbanos, carência de transportes coletivos, déficit habitacional, imensos problemas ambientais e de saneamento. A ampliação dos investimentos em infra-estrutura deve contemplar também este setor.

g) ampliação nos investimentos públicos nas áreas sociais. A oferta de mais serviços e bens públicos, além de elevar a qualidade de vida de dezenas de milhões de trabalhadores, cria empregos e resulta também numa ampliação não-inflacionária da renda dos trabalhadores.

h) extinção da Desvinculação dos Recursos da União (DRU), tornando possível a ampliação dos investimentos nas áreas sociais.

i) garantia dos percentuais de aplicação de recursos orçamentários previstos na Constituição Federal para saúde e educação, e elevação do financiamento desta dos atuais 4% para 7% do PIB, retirando o veto de FHC a esta meta, conforme determinado no Programa de Governo de Lula.

j) ampliação do valor real do salário mínimo e das aposentadorias, medidas de comprovado impacto social, capazes de criar um efeito virtuoso sobre a produção e o consumo internos.

k) transformação da dívida pública dos Estados e municípios em investimentos sociais do governo federal. A maior parte das grandes cidades, e diversos Estados, poderão assim realizar maiores investimentos sociais.

l) desmanchar os entraves legais e burocráticos típicos do período neoliberal, tais como a Lei de Responsabilidade Fiscal que impõe pesadas restrições aos gastos públicos, estimula a terceirização dos serviços e impede (através dos limites em gastos com pessoal) a constituição de um estafe estatal técnico capaz de gerar projetos estratégicos; as normativas da STN (Secretaria do Tesouro Nacional) e dos componentes do sistema financeiro estatal (BB, CEF, BNDES etc.), que restringem sobremaneira a capacidade de endividamento e tomada de linhas de financiamento (e portanto de investimento) dos entes federativos (estados e municípios) através de exigências descabidas (como por exemplo, superávit primário nos últimos quatro anos que antecedem a contração de empréstimo); e da Lei das Licitações que embora tenha sido um avanço no sentido do controle sobre as compras e contrações públicas, enseja um conjunto de entraves desnecessários que atrasam a execução dos projetos, favorecem a constituição de cartéis e dificultam o acesso às concorrências das pequenas e médias empresas, que precisam ser revistas e atualizadas, sem prejuízo de instrumentos eficientes de fiscalização, no sentido de garantir a celeridade e a democratização necessárias a um novo modelo de desenvolvimento.

m) desonerar o processo de financiamento dos entes federativos no que tange à obras e realizações de caráter estrutural e de interesse social, reduzindo a taxa de juros (nominais e de "spread") , eliminando ou diminuindo drasticamente as exigências de contrapartida e estabelecendo prazos mais largos de carência para pagamento

n) defesa da poupança popular, preservando os rendimentos dos pequenos investidores em cadernetas de poupança e a rentabilidade do FGTS, ameaçados pelas recentes mudanças introduzidas no cálculo da TR pelo BC, medida que implica remuneração inferior à inflação para estas aplicações, em benefício de outras que seguem a lógica do sistema financeiro.

o) ampliar o controle do Estado sobre a economia privada capitalista, tendo entre outros objetivos ampliar a presença da União na Petrobrás, viabilizar a exploração sob controle público do Pré-Sal e recuperar a Vale do Rio Doce.

p) reforma tributária que grave pesadamente as grandes riquezas, acoplada ao aumento de recursos para securidade social e educação;

q) ampliar a geração de empregos e o apoio à pequena e média empresa, o que exigirá um programa de reforma urbana e de reforma agrária de dimensões superiores aos atuais. O que, no caso do campo, exigirá alterar o modelo de reforma agrária, baseada exclusivamente na desapropriação onerosa, por outro modelo, baseado na expropriação por interesse social. Mais recursos para agricultura familiar e mudança no índice de produtividade para fins de reforma agrária.

r) desmontar os pilares políticos que sustentam a hegemonia das classes dominantes, entre os quais o monopólio da comunicação e o financiamento privado das campanhas eleitorais.

89 Nosso país é marcado pela dependência, pela desigualdade e pela falta de democracia. As imensas transformações que expe-

rimentamos, desde o século XIX até hoje, não alteraram estas grandes características nacionais. O que explica esta capacidade de mudar sem mudar, é principalmente a opção das classes dominantes por fazer a transição pelo alto, através do chamado pacto das elites, evitando assim a irrupção das classes dominadas e suas reivindicações anti-sistêmicas.

90 A eleição de Lula, em 2002, e nossos quase 8 anos de governo não alteraram esta dinâmica histórica característica do Brasil. Em certa medida por opção estratégica, em certa medida por conta da correlação de forças internacional e nacional, nosso governo federal foi hegemonizado por uma política de conciliação, pelo gradualismo, pelo intuito de mudar pactuando.

91 Nossa cooptação por esta tradição brasileira deriva, em parte, da "herança maldita" e também da força que a oposição de direita mantinha e segue mantendo nas instituições estatais, principalmente no Congresso Nacional. Essa força não deve ser subestimada nunca e é contra ela que devemos dirigir o principal de nossa iniciativa política.

92 Entretanto, a hegemonia neoliberal e a força da oposição explicam muito, mas não explicam tudo. Ademais, se experimentamos dificuldades para enfrentá-las, é exatamente por causa dos erros cometidos pela esquerda, em particular pelos petistas, com destaque para aqueles que comandaram tanto o governo quanto o Partido entre 2003 e 2005, a começar por Lula.

93 Entre estes erros, que devemos analisar e superar, citamos os seguintes, cometidos especialmente até 2005:

a) o rebaixamento ideológico e programático, que incluiu abandonar a perspectiva revolucionária e o socialismo com objetivo estratégico do Partido, reduzindo ao ponto do desaparecimento os vínculos entre nossa ação de governo e a luta contra o capitalismo;

b) uma estratégia geral de conciliação de classe e coexistência pacífica com a hegemonia neoliberal, baseada numa postura cuja tradução popular é: "melhor um mau acordo do que uma boa briga";

c) uma política de "governabilidade institucional", baseada principalmente na construção de maiorias congressuais, subestimando o caráter estratégico da "governabilidade social";

d) uma política econômica que não tocou na hegemonia do capital financeiro, mantendo altas taxas de juros e enorme superávit primário, priorizando o serviço das dívidas públicas e contingenciando pesadamente o orçamento da União;

e) a incorporação de premissas do pensamento neoliberal em importantes setores do governo, o que por sua vez está na base de erros como o da reforma da previdência, que dividiu nossa base social, pondo a perder o momento em que poderíamos unificar esta base na execução de reformas populares;

f) um forte viés compensatório nas políticas sociais e a não realização de reformas estruturais que apontassem na linha da universalização de direitos;

g) uma política de comunicação tradicional, que não trabalhou para democratizar profundamente a comunicação social;

h) a transformação do Partido em correia de transmissão do governo;

i) a adoção de uma política de financiamento similar a vigente nos partidos tradicionais;

94 Estes erros resultaram, direta ou indiretamente, da chamada "estratégia de centro-esquerda", que veio se consolidando no Partido desde 1995.

95 Dela derivou, por exemplo, a avaliação de que não havia condições políticas para a implementação imediata de nosso programa de governo, introduzindo a idéia de uma "transição" prévia à adoção de um programa que já havia sido bastante desidratado. Perdemos, com isto, a "inércia positiva" de toda vitória eleitoral, inclusive o entusiasmo em torno das possíveis mudanças.

96 Paradoxalmente, o excesso de moderação acabou colocando em xeque os pressupostos da própria "estratégia de centro-esquerda".

97 A "coexistência pacífica" na transição do governo FHC para o governo Lula criou pontos de esgarçamento nas relações com setores de nossa base social tradicional, com os segmentos mais politizados das camadas médias e com a maior parte da intelectualidade progressista. Hoje, apesar dos altos índices de popularidade de Lula, o PT segue sofrendo os efeitos daquele esgarçamento.

98 Por outro lado, não se consumou nenhuma aliança estável com setores da burguesia que, em tese, "aceitariam" o governo Lula e poderiam agrupar-se em torno de suas políticas, como supostamente almejaria a "estratégia de centro-esquerda". Os setores que até há pouco aplaudiam o conservadorismo da política monetária, no máximo toleram nossa presença no governo e seguem dando apoio à oposição. E os setores convocados a participar da iniciativas governamentais, inclusive a constituição de grandes empresas nacionais, não se demonstram aliados confiáveis, como se está vendo na onda de demissões praticadas por empresas turbinadas por recursos públicos.

99 Apesar disso, setores do governo e do Partido insistem ainda hoje em buscar uma aliança estratégica, tanto com setores do grande capital financeiro, quanto com o PSDB. Esta ilusão desarma política e ideologicamente o Partido, produz derrotas como a da CPMF, e deve ser combatida duramente.

100 Destaca-se, entre os erros cometidos pelo conjunto do partido, a começar pelos que estão com responsabilidades de governo, a adoção de uma política de governabilidade de tipo parlamentarista. Nosso Partido e o governo agiram muitas vezes como se o parlamentarismo tivesse sido vitorioso em 1993, como se o "gabinete ministerial" e o programa de governo tivessem que corresponder à maioria congressual.

101 Ao longo do primeiro mandato, esta concepção parlamentarista de governabilidade demonstrou todos os seus limites. Tornou o governo crescentemente dependente da maioria de direita e crescentemente refém do fisiologismo predominante nos partidos conservadores. Fez o PT e o conjunto do governo pagarem por atitudes e práticas dos partidos conservadores a nós aliados. E fez o PT adotar uma postura leniente frente a inadiável luta por uma reforma política.

102 Depois da crise de 2005, o conjunto do PT começou a perceber a necessidade de superar esta equivocada "concepção parlamentarista de governabilidade", colocando no seu lugar uma governabilidade conquistada através da combinação entre atuação parlamentar, ação de governo, mobilização social e pressão da opinião pública, combinada com a luta por uma reforma política profunda.

103 Mas, como vimos de 2007 em diante, setores importantes do PT e do governo ainda insistem na política antiga, o que se traduziu por exemplo na falta de mobilização do governo em defesa da reforma política; bem como na falta de mobilização do Partido em defesa da CPMF.

104 O conjunto de erros cometidos entre 2003 e 2005 criou um ambiente propício ao ataque da direita contra nós, ataque que quase nos afastou do governo federal e quase destruiu o Partido. Vale dizer que o recurso a métodos de financiamento típicos do PSDB, embora tenha sido o pretexto midiático para os ataques, foi conseqüência e não causa dos problemas estratégicos.

105 Os erros não foram fatais, porque tivemos acertos importantes, que somados às nossas "reservas estratégicas" (o capital político acumulado em mais de 20 anos de luta e as conquistas sociais efetivas proporcionadas por nossa presença no governo federal) nos permitiram enfrentar a crise de 2005 e vencer as eleições de 2006.

107 Vencemos o segundo turno presidencial de 2006 por diversos motivos: a memória negativa deixada pelos governos neoliberais; os erros políticos cometidos por nossos adversários; as realizações do primeiro mandato de Lula; a força da militância petista e dos setores populares; a linha de campanha adotada no segundo turno, de confronto entre projetos políticos.

108 Certamente que as alianças que fizemos, tanto no primeiro quanto no segundo turno, contribuíram para a nossa vitória. Mas a dinâmica das alianças foi bastante desigual nas diversas regiões do país. Destaca-se o fato de que importantes seções estaduais de "partidos aliados" não apoiaram Lula nem no primeiro, nem no segundo turno. Em vários locais estes partidos tinham e seguem tendo o PT como adversário ou inimigo.

109 Apesar disso, é importante constatar que os aliados de centro-direita, especialmente o PMDB, jogam um papel importante tanto no Senado, quanto na Câmara dos Deputados.

110 Com este argumento, ao compor o ministério do segundo mandato, o presidente optou por ampliar o espaço dos aliados de centro e de direita, quando o adequado teria sido insistir na construção de uma "governabilidade de novo tipo", menos dependente da dinâmica puramente parlamentar, mais embasada em interlocução social, comunicação ativa, ação de governo, retaguarda internacional, respaldo popular e mecanismos de democracia direta.

111 Portanto, a composição do ministério do segundo mandato não traduziu a conjuntura potencialmente favorável aberta pela reeleição de Lula e pelo resultado geral colhido nas urnas em 2006. O resultado foi que o governo e o presidente se fortaleceram, enquanto o PT e a esquerda oscilam ao redor dos patamares históricos. Incluindo nesta equação nossa correta opção por não disputar um terceiro mandato para Lula, fica claro que nossa estratégia e nossa política de acúmulo de forças apresentam problemas.

112 O governo, como sabemos, seguiu e ainda segue bem na opinião pública. Mas, do ponto de vista das reformas estruturais e do acúmulo político-organizativo das esquerdas, persistem os problemas já apontados. Motivo pelo qual devemos travar um debate muito consistente, tanto de avaliação do governo, quando sobre nossa estratégia, nosso programa e nossa tática para 2010 e os próximos anos.

113 Conquistamos, em 2006, uma vitória eleitoral, uma vitória sobre a mídia, uma vitória partidária e uma vitória político-ideológica. Mas tais vitórias, bem como os atuais índices de Lula nas pesquisas, não anistiam nossos erros, não garantem vitórias futuras, nem eliminam as imensas dificuldades e riscos que seguem existindo.

114 Entre estes riscos, há um que parece distante de nós, embora tenha afetado o governo de Salvador Allende e esteja sempre presente nos processos em curso na Venezuela e na Bolívia, entre outros: o de que nosso governo tente colaborar na construção de um novo ciclo histórico, mas sem reunir as condições políticas e ideológicas necessárias para enfrentar a previsível reação das classes dominantes.

115 Ademais deste, há três outros riscos estratégicos que se fazem presentes entre nós com muita força.

116 O primeiro deles é que nossa presença no governo federal não contribua para alterar, de maneira estrutural, a sociedade brasileira.

117 O segundo deles é que a direita volte ao governo, em 2010, fazendo da nossa passagem pelo governo federal apenas um breve intervalo, depois do qual o país retornaria à "normalidade" conservadora.

118 O terceiro risco é que não sejamos capazes de produzir uma estratégia que possa orientar nossa atuação, naqueles momentos em que não estivermos à frente do governo federal.

119 A estratégia ainda hegemônica no governo e, em menor medida, no PT, não impede a mudança política e social, mas a torna muito superficial, uma vez que não toca na estrutura de propriedade vigente no país. Noutras palavras: os avanços sociais acumulados desde 2003 não sobreviverão caso o PSDB-DEM voltem ao governo federal.

120 Além disso, é uma estratégia arriscada, pois não equaciona corretamente a questão do poder político. Noutras palavras: no médio prazo, não é sustentável manter praticamente intocado o poder econômico das classes dominantes e, ao mesmo tempo, não conseguir reduzir significativamente seus espaços de poder no Judiciário, no Senado, na Câmara dos Deputados, nos meios de comunicação etc.

121 Qualquer que seja o balanço que façamos sobre a estratégia seguida de 2003 até 2005 (sob hegemonia pallocista) e de 2005 até hoje (com um viés "desenvolvimentista"), é importante constatar que a crise econômica exacerba os limites e as contradições do gradualismo, tornando cada vez mais urgente a implementação de uma estratégia de outro tipo, que vise maior radicalidade e velocidade nas mudanças econômico-sociais e políticas.

122 Nosso programa para as eleições de 2010, mas também nosso combate à crise desde já, deve se basear nesta outra estratégia, que ademais deve responder de maneira clara qual o vínculo que existe entre nossa ação de governo e nosso objetivo socialista.

123 Uma das decorrências deste giro estratégico é a necessidade de reconstituir o campo democrático-popular, tanto na relação com os partidos de esquerda quanto com os movimentos sociais e a intelectualidade.

124 A partir desta base, ampliaremos em duas direções principais:

a) em direção ao conjunto de nossa base eleitoral e social, para o que será fundamental o prestígio de Lula, do governo e do PT.

b) em direção aos demais partidos da base do governo, inclusive o PMDB, no sentido de atrair estes setores, no primeiro ou no segundo turno.

125 A questão do PMDB, enquanto partido, e dos setores de centro, do ponto de vista sociológico, constitui uma das questões centrais da disputa de 2010.

126 O fundamental, na disputa do centro, é o debate político ideológico sobre os diferentes programas de país e não, como pensam alguns, o debate sobre as alianças regionais e os espaços de governo.

127 Ademais, até para viabilizar coligações com o centro, é preciso que a esquerda tenha força.

128 Por fim, é preciso que o PT saia fortalecido das eleições de 2010. Inclusive para tornar possível a reforma política, sem a qual será cada vez mais difícil implementar nossa estratégia eleitoral-institucional.

129 Por todos estes motivos, defendemos que o PT construa fortes pré-candidaturas a governador nos estados e, com base nelas, estabeleça a política de alianças, em coordenação com a direção nacional do Partido e levando em consideração os três elementos citados anteriormente. O PT pode abrir mão de ter candidatos majoritários, mas isto deve ser uma decorrência e não uma premissa.

130 A candidatura do PT à presidência da República, em 2010, vem sendo debatida, formal ou informalmente, desde a crise de 2005. A solução proposta pelo presidente Lula, ou seja, a candidatura de Dilma Roussef, vem sendo crescentemente aceita, não se descartando que o IV Congresso do PT aprove sua candidatura por aclamação ou, pelo menos, sem disputa.

131 Além de contar com o apoio de Lula e com trânsito forte no PT, a candidatura Dilma tem a seu favor: a) ser a principal expressão do PAC, com toda a simbologia explícita; b) ser uma militante de esquerda desde a luta armada contra a ditadura militar; c) ser uma administradora reconhecida; d) ser mulher. Paradoxalmente, devemos incluir entre os pontos favoráveis o fato de Dilma nunca ter sido candidata à disputas eleitorais.

132 A grande dificuldade da candidatura Dilma não está nela, mas na situação: será a primeira vez que Lula não disputará as eleições presidenciais, desde 1989. Isto nos priva da identificação quase-automática que há, para as grandes massas populares, entre Lula e o projeto político-social que nós defendemos. Motivo pelo qual será necessário construir politicamente esta identificação entre Dilma e nosso projeto, mais precisamente com o terceiro mandato de esquerda e progressista.

133 Esta construção passa por um forte diálogo entre Dilma, o PT, os partidos de esquerda, os movimentos sociais, a intelectualidade progressista, em torno do programa de governo 2011-2014. Este diálogo terá como um de seus pontos fortes a natureza do desenvolvimento e sua vinculação com o projeto socialista do Partido, em suas várias dimensões (democrático e ambiental, inclusive).

134 Passa por reproduzir em 2009 e 2010, em linhas gerais, o que fizemos no segundo turno das eleições de 2006: o confronto de projetos de país, combinando a defesa dos oito anos de governo Lula, sua continuidade e aprofundamento; com um forte debate ideológico sobre o neoliberalismo, o capitalismo, as reformas estruturais democrático-populares e socialismo.

135 Passa por ampliar a oposição ao PDSB e ao DEM, nos estados e municípios onde estes partidos comandam os governos, especialmente em São Paulo de Serra, Minas Gerais de Aécio e Rio Grande do Sul de Yeda.

136 Passa por engajar plenamente nossa ação de partido, bancadas e onde estamos nos governos, no combate à crise, especialmente no enfrentamento da sabotagem da oposição e da ganância dos grandes empresários serristas que praticam demissões.

137 A disputa sucessória foi antecipada. Parte dela está se travando através da ação dos governos, das polêmicas parlamentares e da disputa através dos meios de comunicação. Mas parte delas se travará nas ruas, na mobilização social, na qual terá importância a plataforma de mobilizações que venha a ser aprovada no Congresso da UNE e no Congresso da CUT.

138 A XI Conferência tomou conhecimento e aprovou a plataforma que apresentaremos ao Conune e ao Concut (ver resoluções específicas a este respeito).

139 Terá muita importância, também, o processo de eleição das novas direções do PT e o IV Congresso que o Partido fará em 2010.

140 No plano da construção partidária, a XI Conferência reafirma que os temas centrais são: a) a construção de uma política financeira que liberte o PT da dependência de financiamentos privados; b) a construção de uma política de comunicação de massas; c) a construção de uma Escola de Quadros e de um sistema naciona de formação política; d) a adoção de uma política de mobilização, que faça o PT estar presente no cotidiano da vida política do país, não apenas nos processos eleitorais ou através dos mandatos eletivos.

141 Vitoriosos em 2010, os desafios do terceiro mandato serão ainda maiores. Sem Lula na presidência, o campo democrático-popular será muito mais exigido. O que exigirá do PT uma capacidade programática, estratégica, organizativa e política muito superior ao que temos hoje. É isto que ajudaremos a construir, na XI Conferência Nacional da AE, no PED 2009 e no IV Congresso do PT.

142 Com base nas resoluções da XI Conferência, a nova direção nacional deve elaborar os documentos que apresentaremos: a) de balanço do governo Lula; b) de contribuição ao programa de governo 2011-2014; c) nossa plataforma ao PED 2009; d) nossa plataforma ao IV Congresso do PT.

143 Buscaremos construir estes documentos em comum acordo com as forças que, no PED 2007, lançaram a chapa Militância Socialista. É importante reproduzir, nos estados e municípios, os debates previstos para a Conferência nacional da esquerda socialista do PT (3 e 4 de abril de 2009).

144 O resultado das eleições de 2010 terá implicações estratégicas para o PT e para toda a esquerda brasileira. Para debater estas implicações e tomar as medidas orgânicas decorrentes, a XI Conferência convoca, para depois das eleições de 2010, o 1º Congresso da Articulação de Esquerda.

145 No terreno da organização da tendência, a XI Conferência reafirma as resoluções da X Conferência e aprova resoluções específicas sobre as eleições 2010, sobre a frente institucional, sobre a frente de massas, sobre a Escola de Quadros, sobre o Página 13, sobre a Associação de Estudos e sobre a política de finanças.

146 No terreno das candidaturas proporcionais, defendemos que a AE dispute de maneira mais intensa as eleições de 2010.

147 Nossa avaliação a respeito da profundidade e complexidade da crise do capitalismo que assola o mundo, seus desdobramentos para o Brasil, colocam novos e importantes desafios para o PT, para a esquerda e para a nossa tendência.

148 A AE representa uma significativa base social, cuja militância está inserida no partido e nos mais diversos movimentos sociais em, praticamente, todo o território nacional.

149 Expressamos, igualmente, uma opinião dentro do PT e na sociedade brasileira que influencia e disputa, dentro dos marcos socialismo, o debate a respeito dos rumos a serem tomados pelo PT e a esquerda em geral.

150 Contudo, nossa representatividade institucional, em especial no Congresso Nacional, está muito aquém daquilo que somos em termos sociais e políticos.

151 Tendo em vista a estratégia adotada pela esquerda brasileira, fazer crescer nossa representatividade e força institucional se impõe como uma das tarefas para o próximo período.

152 Para tanto, nas próximas eleições, devemos apresentar candidaturas para deputado estadual, federal e onde for possível para a chapa majoritária em todos os estados onde existimos.

153 Nossas candidaturas devem ser escolhidas entre os nossos quadros orgânicos, respeitando uma equação que nos leve as melhores condições para eleger o maior número possível de companheiros e companheiras identificados com a nossa política. A DNAE estará discutindo com as DEAEs e contribuindo neste debate para que possamos produzir bons resultados.

154 Nossa tática eleitoral deve repercutir uma plataforma política que expresse as lutas sociais e as reivindicações das classes populares, as transformações que queremos para o Estado Brasileiro, a defesa dos elementos programáticos que desejamos que sejam implementados no terceiro mandato do PT à frente da presidência da República, bem como o debate ideológico acerca do socialismo.

155 Devemos, igualmente, nos preparar com antecedência, buscando constituir estruturas de campanha que possam atuar com níveis elevados de profissionalismo e eficiência.

156 Isto, obviamente, não quer dizer reproduzir ou copiar práticas que condenamos e/ou que nos descaracterizem.

157 Porém, significa desenvolver uma política de comunicação competente e criativa; um sólido sistema de organização e arrecadação financeira (respeitando os marcos legais e nossas definições políticas); e ousadia política na busca de uma ampliação máxima da nossa base eleitoral.

158 Enfim, criar as condições necessárias para traduzir nossa expressão social em resultado eleitoral concreto.

159 As resoluções a seguir serão apresentadas diretamente à XI Conferência Nacional: sobre a frente institucional, sobre a frente de massas, sobre a Escola de Quadros, sobre o Página 13, sobre a Associação de Estudos e sobre a política de finanças.

Regimento interno da XI Conferência Nacional da AE

1. A XI Conferência Nacional da AE realizar-se-á nos dias 29, 30 e 31 de maio de 2009, em São Paulo (SP), para debater a seguinte pauta: a) conjuntura internacional e nacional, eleições 2010 e tática; b)organização e plano de trabalho 2009-2010 da Articulação de Esquerda; c) eleição da nova Direção Nacional da tendência.

2. Podem votar e ser votados os militantes da Articulação de Esquerda que estejam em dia com sua assinatura do jornal Página 13;

a) a Direção Nacional informará, no dia 2 de março de 2009, a lista de militantes cujas assinaturas estão válidas até 31 de maio de 2009;

b) militantes da AE que não façam parte da lista citada no item "a" poderão renovar suas assinaturas do jornal Página 13 até o dia da respectiva conferência de base;

c) militantes do PT que ainda não são militantes da AE poderão ingressar na tendência e fazer suas assinaturas do Página 13 até o dia da respectiva conferência municipal de base, desde que não haja recurso contra sua filiação à tendência;

d) a ata da conferência de base deve relacionar nominalmente os militantes que renovaram ou que fizeram novas assinaturas do Página 13, para o caso de haver contestação e recurso às instâncias superiores da tendência, permitindo assim eventual recontagem do número de delegados eleitos;

3. Das conferências de base:

3.1. As conferências de base podem ser municipais ou regionais (agrupando vários municípios).

3.2. A pauta das conferências de base é, obrigatoariamente, a mesma da XI Conferência Nacional. O tratamento de outros assuntos só pode ser feito depois que for esgotada a pauta nacional.

3.3. Os/as militantes da AE só podem votar e ser votados em uma única conferência de base.

4. Da eleição de delegados:

4.1. A proporção de delegados a serem eleitos é de 1 delegado estadual para cada 3 militantes presentes na conferência de base; e 1 delegado nacional para cada 5 delegados presentes na conferência estadual.

4.2. Militantes que se afastaram da tendência ou foram afastados por decisão de instância da tendência, não poderão votar nem ser votados em nenhuma fase do processo, salvo decisão em contrário da instância competente;

5. No caso dos estados do Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima e Acre, onde a AE não possui direção estadual organizada, as respectivas conferências estaduais devem ser acompanhadas pela Direção Nacional da tendência;
5.1. Fica autorizada, nos estados acima relacionados no caput, a realização facultativa de uma conferência estadual sem conferências municipais preparatórias, sendo que neste caso a proporção para a eleição dos delegados nacionais será de 1 delegado para cada 15 militantes presentes na conferência estadual;

6. Do prazo para informar os delegados eleitos:

6.1. As conferências estaduais da AE devem se realizar até o dia 24 de maio de 2009.

6.2. A ata das conferências, relacionando os delegados eleitos e os suplentes, deve ser encaminhada à Direção Nacional até o dia 28 de maio de 2009.

6.3. Caso as direções estaduais não encaminhem as informações até o dia 28 de maio, o credenciamento dos delegados só poderá ser feito por decisão da comissão de credenciamento.

7. Participam da XI Conferência Nacional:

7.1.Com direito a voz e voto, delegados/as eleitos nas conferências estaduais preparatórias;

7.2. Com direito a voz, nos momentos autorizados pela Mesa, todos/as os/as militantes da AE;

7.3. Com direito a voz, nos momentos autorizados pela Mesa, todos/as os/as integrantes das chapas "A esperança é vermelha" e "Militância socialista";

7.4. Sem direito a voz, salvo nos momentos previstos neste Regimento, convidados/as a critério da Direção Nacional da AE;

7.5. Na sessão de abertura, dia 29 de maio, toda a militância petista.

8. Só serão credenciados/as os/as delegados/as e militantes que:

a) estejam com assinaturas em dia do Página 13;

b) cujos estados de origem estejam em dia com suas contribuições financeiras com a Nacional até o dia 29 de maio de 2009;

c) a tesouraria nacional divulgará, no dia 4 de maio de 2009, a lista de estados em débito com a Nacional, bem como o respectivo valor devido;

9. Programação e Regimento Interno:

9.1. A Programação e o Regimento Interno da Conferência serão submetidos à aprovação dos delegados, no dia 29 de maio, a partir das 9h00.

9.2. O quorum para instalação e deliberação da XI Conferência é de 50% mais 1 dos delegados eleitos nas conferências estaduais.

10. Comissões internas:

10.1. Aprovado o Regimento Interno e a programação, os delegados devem eleger a Mesa Diretora dos trabalhos, a comissão de emendas, a comissão de credenciamento e a comissão eleitoral.

10.2. A Mesa Diretora dos trabalhos deve ser integrada por 3 membros, que dividirão entre si as tarefas de condução da XI Conferência.

10.3. A comissão de emendas deve ser integrada por 3 membros, cabendo recolher todas as propostas de alteração do texto-base e apresentar, para a Mesa Diretora, aquilo que deve ser submetido à deliberação dos delegados.

10.4. A comissão de credenciamento será indicada pela Direção Nacional da AE e composta por 3 membros, a quem compete credenciar os delegados, os convidados e observadores, bem como avaliar os recursos existentes e apresentar, à Mesa Diretora, aquilo que deve ser submetido à deliberação dos delegados;

10.5. A comissão eleitoral, composta por 3 membros, será eleita pela Conferência e terá como tarefa apresentar aos delegados, para debate e deliberação, uma proposta de composição da nova Direção Nacional da tendência;

11. Do texto-base:

11.1. A XI Conferência Nacional elegerá, logo após a eleição da Mesa, da comissão de credenciamento, da comissão de emendas e da comissão eleitoral, um texto-base, que poderá ser aquele apresentado pela Direção Nacional da AE ou texto alternativo apresentado na abertura da Conferência.

11.2. A Direção Nacional da AE divulgará sua proposta de texto-base da XI Conferência Nacional como encarte no Página 13 de março de 2009.

12. Do debate:

12.1. Os delegados à XI Conferência nacional debaterão o texto-base em plenária geral ou em grupos temáticos.

12.2. Haverá na programação espaço para reunião das frentes de trabalho da tendência.

13. Programação da XI Conferência Nacional:

29 DE MAIO

09h00 - abertura do credenciamento

10h00 – reunião da Direção Nacional da AE

14h00 – abertura, aprovação do regimento interno, eleição da mesa, eleição da comissão de emendas, de credenciamento e eleitoral

15h00 - apresentação e debate em plenária do texto-base

18h00 - jantar

20h00 - Abertura solene

30 DE MAIO

09h00 - apresentação e votação de emendas sobre o tema "conjuntura nacional e internacional, tática e eleições 2010"

12h00 – almoço

14h00 – apresentação e votação de emendas sobre o tema "organização e plano de trabalho 2009-2010 da Articulação de Esquerda".

19h00 – jantar

20h00 – plenárias das frentes de trabalho (frente de massas, frente institucional, frente organizativa)

31 DE MAIO

09h00 – eleição da nova Direção Nacional da AE

12h00 – encerramento, almoço e encerramento

14. Questões omissas neste regimento deverão ser decididas pela Mesa Diretora, cabendo recurso ao plenário de delegados.

Conferência da Esquerda Socialista do PT
PT
Conferência da Esquerda Socialista do PT
3 e 4 de abril - São Paulo - SP
As chapas "A esperança é vermelha" e "Militância socialista", que disputaram com estes nomes o processo de eleição direta das direções partidárias em 2007, decidiram unir seus esforços e realizarão, nos dias 3, 4 e 5 de abril, uma Conferência Nacional com a seguinte programação:
3 DE ABRIL
19h-21h
MESA DE ABERTURA
Coordenação: Renato Simões, Valter Pomar
Debatedores: Antonio Carlos Spis, Padre Ferraro, João Pedro Stédile, Emir Sader
4 DE ABRIL
9h-12h
SITUAÇÃO MUNDIAL
Coordenação: Ademir Brunetto (deputado estadual, MT)
Debatedores: Gilney Viana (DN), Valter Pomar (CEN)
13h-16h
SITUAÇÃO BRASILEIRA
Coordenação: Bira do Pindaré (Diretório Nacional, MA)
Debatedores: Cláudio Vignatti (deputado federal, SC), Iriny Lopes (deputada federal, ES)
16h-19h
SITUÇÃO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES
Coordenação: Angélica Fernandes (Diretório Nacional, SP)
Debatedores: Lício Lobo (SP) e Renato Simões (CEN)
Os debates são abertos para toda a militância petista.
Local da Conferência: Sinpro-SP
Rua Borges Lagoa 208
(próximo a Estação Santa Cruz do Metrô)
Acrísio Sena, vereador em Fortaleza; Ademir Brunetto, deputado estadual (MT); Ana Lúcia, deputada estadual (SE); Angélica Fernandes, Diretório Nacional; Ary Vanazzi, prefeito de São Leopoldo; Bira do Pindaré, Diretório Nacional; Bruno Elias, 1º Vice Presidente da UNE; Célio Antonio, prefeito de Laguna (SC); César Medeiros, ex-deputado federal (MG); Cícero Magalhães, deputado estadual (PI); Cláudio Vereza, deputado estadual (ES); Cláudio Vignatti, Deputado Federal; Davi Rasa, executiva nacional da JPT; Expedito Solaney, direção nacional da CUT; Fátima Dutra, executiva estadual (RJ); Fernando Nascimento, Deputado Federal; Francisco Pinheiro, vice-governador do Ceará; Gilney Viana, Diretório Nacional; Iole Iliada, diretora da Fundação Perseu Abramo; Iran Barbosa, Deputado Federal; Iriny Lopes, deputada federal e vice-presidente nacional; Israel Martins, Diretório Nacional; Ivan Alex, Diretório Nacional; Jomar Fernandes, Ex-prefeito de Imperatriz; José Garcia, ex-integrante da Executiva Nacional; José Roberto Paludo, Diretório Nacional; Marcel Frison, Diretório Nacional; Marcelino Gallo, Diretório Nacional; Marcelo Mascarenha, Diretório Nacional; Marcon, deputado estadual (RS); Márcio Cruz, executiva estadual (SP); Mauro Rubem, deputado estadual (GO); Múcio Magalhães, presidente da Câmara do Recife; Neila Batista, ex-vereadora Belo Horizonte; Padre João, deputado estadual (MG); Pedro Kemp, deputado estadual (MS); Pedro Uczai, deputado estadual (SC); Renato Simões, Secretário de Movimentos Populares; Rodrigo César, executiva nacional da JPT; Rogério Correa, Delegado MDA-MG; Rubens Alves, Diretório Nacional; Selvino Heck, Diretório Regional do RS; Sheila Oliveira, Diretório Nacional; Tadeu Veneri, deputado estadual (PR); Terezinha Fernandes, secretária de Estado do Trabalho e Economia Solidária (MA); Valter Pomar, Secretário de Relações Internacionais; Vladimir Palmeira, Ex-Deputado Federal; Walmir Assunção, Secretário de Desenvolvimento Social e Cambate à Pobreza (BA); Washington Quaquá, prefeito de Marica; Yulo Oiticica, deputado estadual (BA).